



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 20ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia dez do mês dezembro de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de
2 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º**
3 **Atas (3ª Plen. Extraordinária de 08/10/15 e 16ª Plen. Ord. de 15/10/15,) e**
4 **Expedientes; 2º Aprovação da Proposta do Cronograma das Plenárias**
5 **Ordinárias do CES/RS para o ano de 2016; 3º Relato de Comissões; 4º**
6 **Conferência Nacional de Saúde; 5º Minuta de Resolução do CES/RS da**
7 **Proposta Orçamentária da Saúde para o ano de 2016; 6º Assuntos Gerais.**
8 **Titulares:** Jairo Tessari, Zilá Cohen, Camila Jacques, Odil Gomes, Eder Pereira, Eni Bahia, Ivete
9 Dornelles, José Hélio, Célia Chaves, Ana Maria, Teresinha Cardoso, Sandra Leon, Viviane
10 Menezes, Ana Maria Valls, Cláudia Silva, Iara Almeida, Bruno Naundorf, Cláudio Augustin, Adão
11 Zanandréa, Leila Ghizzoni, Rosemeri Suzin, Aglaé Silva, Carlos Weber, Paulo Francisco, Alexandra
12 Ximenes. **Suplentes:** Bárbara Pradella, Jaime Quiroga, Marcos Petri, Paula Fortunato, Miriam
13 Kolinger, Denise Teixeira, Elson Farias, Maria Elis Soares. A Presidente Célia inicia a Plenária
14 lembrando que agora está havendo um controle mais rigoroso das presenças. Ela diz que os cartões
15 de votação só irão para as entidades que estão ok até o dia oito de outubro. Ela pede para que os
16 conselheiros ao ler as atas, que confirmem seus nomes para que depois não ocorram erros. Diz que
17 vai ser conversado com o jurídico para que mude a questão das justificativas das faltas, pois não
18 acha correto que nada que ocorra possa ser justificado. Ela informa que o SERGS fez nova
19 indicação, no lugar da representante titular Luciane Bica, a partir de agora a representante dos
20 enfermeiros será Cláudia da Silva dos Santos, e diz que o Estado também fez novas indicações,
21 sendo os titulares Aglaé Regina da Silva, Teresinha Valduga Cardoso e Bruno Leonardo Santos, e os
22 suplentes Cristian Fabian Guimarães, Elson Romeu Farias e Rebel Machado. Diz que procederão
23 como sempre fazem nos finais de ano, e diz que cada vez que uma entidade chegar no limite de
24 faltas, automaticamente será encaminhada uma correspondência para a entidade para que seja feita a
25 substituição. Ela fala que Aglaé solicitou em reunião da mesa, inclusão de ponto de pauta, que viria
26 o Secretário Adjunto Francisco Paz para apresentá-lo. Diz que seria colocado para o Plenário quais
27 seriam as ações que o SES desenvolveria no combate do Aedes aegypti, zika vírus e microcefalia.
28 Ela abre a votação para que seja incluído em ponto de pauta após todos os assuntos já estabelecidos,
29 o qual foi aprovado pela Plenária. Ela abre a apreciação da ata da 3ª Plenária Extraordinária do dia
30 oito de outubro, e diz não terem a ata da 16ª Ordinária que estava em pauta, porém não ficou pronta.
31 Com as abstenções da CUT, do SERGS, da Federação das Santas Casas, e da FIERGS a ata foi
32 aprovada. Ela parte para a proposta de Cronograma das Plenárias Ordinárias de 2016. Fala sobre a
33 opção de não fazer a Plenária em janeiro por conta das férias, e fazer apenas uma em fevereiro, que
34 seria dia dezoito de fevereiro, e após a sequência de quinze em quinze dias. Ela abre para
35 contestações referentes ao cronograma. Cláudia diz que no dia doze de maio é dia dos Enfermeiros,
36 no qual o sindicato tem programação o dia inteiro e ficaria difícil de participar. Célia retoma e põe
37 em votação a aprovação do cronograma, o qual foi aprovado por unanimidade. Aglaé diz que
38 ficaram algumas questões da Plenária passada, referentes à saúde mental, na qual estava presente o
39 pessoal da NAU da Liberdade, e diz estarem trazendo pessoas do São Pedro para esclarecer as
40 questões. Ela diz que referente à participação da SES nas reuniões da comissão de saúde mental,
41 que começarão a participar. Luiz Carlos fala sobre o Hospital Itapuã, que em 2001 foram retirados
42 todos os resíduos, em 2003 foram retiradas diversas peças contaminadas, que a partir de 2003 não

43 tem mais nada contaminado, pois já foram retirados. Gilberto, diretor do Hospital São Pedro diz que
44 receberam e-mails para esclarecimentos, e um deles era referente à NAU da Liberdade, diz que o
45 que aconteceu foi que o programa foi avaliado e tinha um custo grande para mantê-lo na forma que
46 estava sendo produzido. Durante o ano foram atendidos onze pacientes no valor de dois mil reais
47 cada um, os técnicos envolvidos no programa iam apenas duas vezes na semana, diz ter pedido
48 registros no qual foi surpreendido. Ele diz que está sendo proposto um programa que tem como
49 objetivo ter de trinta a quarenta pacientes, em uma demanda de custo diferente da anterior. Ele diz
50 que o que importa é a reabilitação do paciente, buscando sempre o melhor para a sua recuperação,
51 afirma não ser o fim do programa, mas sim um aperfeiçoamento visando melhoras e tornando o
52 programa mais abrangente. Sandra Leon diz que o programa de reabilitação de inserir mais usuários
53 é uma boa proposta, mas fala sobre a questão do vínculo, de uma hora para a outra os pacientes
54 terem seu vínculo cortado, ela fala sobre a questão do Hospital Colônia Itapuã, diz que pacientes
55 foram levados e convidados para ir ao hospital sem meios termos. Gilberto responde que nenhum
56 paciente saiu do Hospital São Pedro para ir para o Hospital Colônia Itapuã, e diz que o que
57 aconteceu foi que pacientes foram de passagem e retornavam no outro dia, mas disse que isto não
58 quer dizer que não está sendo avaliado que possam ir para o Hospital Colônia Itapuã. Adão diz que
59 participou na semana anterior de um debate sobre trabalho, inclusão e doenças de pessoas com
60 deficiência mental, ele diz que nos dias de hoje a lei favorece quem está em benefício da
61 previdência e pode fazer uma reabilitação profissional, na qual faz o curso ou recebe o percentual
62 do salário e pode ficar com o benefício, fazendo o treinamento de dois anos dentro da lei. Depois de
63 reabilitado se estiver em condições será incluído no mercado de trabalho, ele diz que há uma
64 preocupação com a saúde, mas questiona para onde estão sendo encaminhados os reabilitados, ele
65 diz que se deve pensar mais longe e levá-los a serem incluídos. Cláudio diz que o que está em
66 discussão não é um assunto de pauta, e se houve uma denúncia ela deve ser averiguada para que
67 seja feita a discussão, porém que seja encaixada para o final da plenária como ponto de pauta. Diz
68 que Gilberto não pode ir lá na frente e dizer que a lei não interessa, e diz ser falta de respeito.
69 Denise diz que após ouvir não poderia deixar de convidar todos para prestigiar um evento chamado
70 Natal do São Pedro, para que seja conhecido o real São Pedro e não um manicômio. Gilberto
71 responde Cláudio dizendo que sua intenção foi dizer que não era o momento de discutir leis. Sandra
72 Leon diz que quer uma pauta da saúde mental, e diz para Gilberto que acha inaceitável que ele diga
73 que eles têm desconhecimento para falar sobre, e diz que o que é falado ali é a partir de um
74 conhecimento de práticas, diz que a comissão de saúde mental fiscalizou o Hospital São Pedro, e
75 diz ter visto uma série de coisas fora do padrão. Cláudio volta novamente para o pedido de que não
76 se pode responder relatos de uma comissão, diz que deve ter uma pauta para isto. Célia encerra o
77 assunto, e diz ter sido feita uma concessão por questão de ter vindo uma denúncia nos relatos de
78 comissões, ela diz que a secretaria solicitou espaço para responder, e diz terem se estendido demais.
79 Ela diz que duas plenárias inteiras foram exclusivamente para a saúde mental e diz solicitar que a
80 comissão formalize a solicitação de uma pauta referente à saúde mental. Ela parte para o próximo
81 ponto de pauta que é a Conferência Nacional de Saúde. Ela fala que estiveram presentes os 144
82 delegados na Conferência, não todos titulares, alguns substituídos por suplentes. Diz que foram
83 muito elogiados por terem sido a delegação mais organizada e presente na Conferência. Ela fala
84 sobre a questão do regulamento ter previsto as questões apontadas nas quais apenas quatro grupos
85 de trabalho tomariam a decisão sobre determinados assuntos, e diz que ainda não sabem o que foi
86 aprovado, ela diz que nesse aspecto a Conferência deixou a desejar. Ela diz que foi aprovada a
87 criação de uma comissão para fazer o acompanhamento da Conferência. Ana Valls acrescenta que
88 em relação a Conferência, ela observou que a própria organização se perdia no regulamento, no qual
89 dificultou ainda mais o trabalho. Ela diz que no grupo que ela estava houve um problema no qual
90 ela levantou a questão de que convidado não levantaria destaque, e o grupo considerou
91 antidemocrática. Ela diz que não tinha nenhuma proposta abertamente escrita que fosse contra o
92 controle social e nem contra o SUS. Cláudio fala sobre propor uma avaliação e chamar os
93 convidados, delegados que queiram para na próxima quinta feira, e diz que tem uma proposta de
94 criar um grupo permanente por Região do Estado para dar continuidade para estes debates, ou seja,

95 aproveitar a conferência como uma forma de criar grupos para dar continuidade à discussão. Ele
96 fala sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde, na qual em sua opinião não existiu. Ele diz que
97 chegou ao ponto de serem distribuídos panfletos, no qual não houve debate. Diz que a comissão de
98 relatoria assassinou dezenove das quarenta propostas. Ele fala sobre o caso de Pernambuco que
99 mandou 300 propostas que foram devolvidas, depois foi feita uma conferência complementar, na
100 qual foi mandado e não foi aceito, no domingo fizeram uma reunião extraordinária, e diz que todas
101 as propostas foram para plenária para os grupos. Das quarenta propostas do RS, dezenove não
102 foram para os grupos, e diz que muitas das suas propostas nem foram para a plenária final. Ele diz
103 propor que o CES faça uma moção de repúdio a organização da conferência, e com o agravante que
104 ele e Célia Chaves estavam pedindo uma questão de ordem, e foi negada sem terem ao menos
105 ouvido. Diz ter ido cobrar, porém ninguém tinha respostas. Ele diz novamente que em sua opinião
106 devia ter uma moção de repúdio pelo desrespeito a Conferência Estadual. Ele diz que dado o grau
107 completo de desinformação, deve ser feito um documento seja pelo CES ou por ele próprio, com
108 base na Lei da transparência sobre as seguintes questões: quais as diretrizes com as cinco propostas
109 por eles que foram encaminhadas como prioritárias para cada Conferência Estadual de Saúde, bem
110 como a data que foi apropriada pelo Sisconferência. Quais as diretrizes estaduais que foram
111 utilizadas para constituir cada diretriz que compõe o relatório consolidado da etapa estadual. Quais
112 os destaques que foram apresentados às diretrizes de cada grupo de trabalho, no qual foi destaque
113 parcial ou total e deve-se incluir se era delegado ou não. Qual era o conteúdo destaque. Qual era o
114 número de votos de cada votação, e quais os respectivos percentuais dos grupos de trabalho. Ele diz
115 fazer estes questionamentos para saber quantos por cento dos delegados votaram, aprovaram ou
116 rejeitaram proposta. Diz que em sua tese 3% aprovava ou rejeitava. Diz que no seu entendimento é
117 recurso à Plenária Final, só que a Plenária Final este entendimento não foi o da mesa, portanto não
118 foi dada a questão de ordem para o recurso da Plenária Final. Ele diz que todo este conjunto de
119 solicitações para inclusive basear posteriormente uma ação judicial em cima dos números da
120 própria conferência, diz que até agora, embora o Regimento e o regulamento indicasse que tinham
121 que saber o que tinha sido aprovado nos grupos, e ao princípio da publicidade, até o momento,
122 terminado a conferência não sabem o que foi aprovado e o que foi rejeitado. Ele diz que poderia
123 mudar o seu voto na Plenária Final em cima de várias propostas, ter votado contra o que foi
124 apresentado, porém a Plenária não sabia e não sabe até o momento o que foi votado e aprovado. Ele
125 diz que o princípio da publicidade é fundamental para um processo democrático, e diz que a
126 conferência foi completamente antidemocrática. Ele diz que diversas vezes no seu grupo disse que
127 era contra o regulamento, e diz que a comissão de organização não seguiu o regulamento. Elson diz
128 que estava em um evento e devia ser posto em pauta sobre como será enfrentada a epidemia de HIV
129 a partir de agora, e refaz o pedido da pauta específica junto dos movimentos sociais. Ele diz que foi
130 sua primeira experiência de Conferência Nacional, e viu que o projeto de engessamento aconteceu
131 do início ao fim. Diz ter visto coisas legais, ter sido bem recepcionado, porém a parte política não
132 aconteceu. Ele diz que deve-se rever muito o processo de participação, e diz ter se sentido inútil no
133 momento. Célia diz que houve comentários de que a Plenária poderia ter acontecido online pela
134 tamanha falta de comunicação, e diz que se não houve comunicação foi por parte dos membros dos
135 grupos. Cláudia diz que não participou da conferência, pois o Conselho de São Leopoldo não lhe
136 forneceu o comprovante de participação, e diz que referente às questões levantadas por Cláudio, diz
137 que deve-se encaminhar pro CES marcar posição, dizer que o Estado do Rio Grande do Sul sentiu-
138 se aliado do processo, e que suas propostas construídas com os gaúchos não foram levadas adiante,
139 e diz que independente do que será feito deve-se ser mostrado que houve grandes problemas nesta
140 conferência. Sandra diz que em seu grupo teve uma dificuldade muito grande referente ao
141 regulamento, pois tinha uma pessoa para ser a coordenação de mesa, pediu auxílio e ficaram entre
142 cinco pessoas coordenando, que eram de cinco estados diferentes e cada um tinha um entendimento
143 diferente do regulamento. Diz terem feito uma reunião, e no outro dia conseguiram trabalhar
144 melhor. Ela diz que o ponto positivo foi a delegação, apontada sempre como muito bem organizada,
145 ela diz terem um processo antes das viagens de diálogo sobre as propostas, posterior a isso, no dia
146 2, as 7h30 da manhã foi feita uma reunião no hotel com os delegados que estiveram presentes, e lá

147 foi dialogada a importância de estarem neste processo, e de como cada um poderia contribuir. Ela
148 diz que o grupo todo que dialogou no WhatsApp continua, e diz ser discutida a defesa do SUS.
149 Cláudio diz ter conversado com pessoas de todo o Brasil, e muitos se sentiram desrespeitados,
150 porém o único Estado que pontuou da forma que fizeram foi o Rio Grande do Sul. Diz terem feito
151 as reuniões no momento em que chegou os documentos, foram lidas todas as propostas que foram
152 feitas, comparando com as propostas que estavam no relatório. Diz que na outra conferência
153 conseguiram se organizar melhor, pois tiveram mais tempo para fazer a discussão, conseguiram
154 repassar com toda a delegação o conjunto de propostas, e o relatório da outra estava muito melhor, e
155 reafirma que apesar de toda a crítica política que deve ser feita na conferência, o grupo foi o único
156 espaço que teve possibilidade de discussão. Diz que boa parte de suas propostas, sabia que seriam
157 rejeitadas, diz que tentou fazer um debate político sobre todas as propostas, e diz que as pessoas
158 estavam bravas pois ele estava chamando a atenção para que tivessem coerência na hora de votar.
159 Ele diz que está faltando muita discussão política, embora o Estado do Rio Grande do Sul tenha
160 sido considerado o mais organizado, poderia ter sido feito muito mais. Diz que sua questão central é
161 fazer os protestos devidos, e diz que deve ser feita a discussão política no CES, e diz que
162 urgentemente deve ser feita uma reunião e reestruturar toda a discussão do Estado, para que nas
163 próximas conferências se possa ir com o pensamento quanto mais unitário possível. Diz que em sua
164 avaliação, o risco de perderem o SUS é alto, e mostra a necessidade de aprofundar esta discussão.
165 Célia diz que muitas de nossas propostas foram aprovadas, e afirma não ter acontecido a
166 Conferência como esperavam, mas tiveram aprovações. Ela diz que será feita uma discussão para
167 uma outra maneira de fazer Conferência, pois todos concordam estar ultrapassada, porém, ninguém
168 apresenta uma proposta concreta de uma nova maneira para que seja feita a Conferência. Ela passa
169 para a aprovação dos encaminhamentos, que foram aprovados por unanimidade. Célia dá início ao
170 assunto sobre a Minuta de Resolução, e faz a leitura da mesma. Ela pergunta para os Conselheiros
171 se estão esclarecidos e se estão em condições de fazer a discussão e a aprovação ou não desta
172 resolução. Aglaé diz não estar esclarecida, e fala sobre a proposta de número dois, e fala que o que
173 será votado é transformar em Resolução uma votação que ocorreu sobre a proposta de Lei
174 Orçamentária, ela diz que a votação não rejeitou a proposta, diz ter entendido que agora está sendo
175 colocada outra proposta que também rejeitará, e diz precisar de esclarecimento. Célia diz que a
176 partir da contestação feita por Cláudio, de que não tinha sido obedecido o Regimento Interno do
177 Conselho em relação ao resultado da votação, foi considerado que naquela Plenária não teve
178 aprovação e nem rejeição de propostas, pois o resultado daquela votação foi: 10 votos favoráveis a
179 ideia de aprovar a proposta; 8 votos contrários e 2 abstenções. Ela diz que pelo Regimento Interno
180 do Conselho uma proposta só é aprovada se tiver metade mais um dos votos. Diz que foram
181 verificar as faltas dos conselheiros, e se teriam direito a voto e foi constatado que uma pessoa com
182 abstenção e outra que votou favorável não teriam direito a voto, diz que as propostas não obtiveram
183 o quórum para serem aprovadas ou rejeitadas. Ela diz que na Plenária seguinte quando veio a
184 proposta pela aprovação, entendendo que aquela votação tinha sido correta, veio a proposta de
185 aprovar a Proposta Orçamentária, a partir do momento que o Conselheiro entrou com o recurso
186 questionando a validade da votação, foi constatado que a votação não haveria sido válida, mas que a
187 partir do momento que tinham uma proposta de resolução, seria colocada esta proposta em
188 discussão. Bruno diz que o que a Célia colocou foi que eles têm a definição que está no Art. 39 do
189 regimento de que todas as deliberações do Plenário devem ser substanciadas em Resoluções e
190 encaminhadas para homologação, diz que neste momento até o ponto de pauta está se definindo
191 como uma minuta de Resolução do Conselho da Proposta Orçamentária da Saúde e diz terem vindo
192 preparados para uma deliberação sobre esta Resolução de proposta, que não pode contrariar as
193 deliberações tomadas em reuniões anteriores. Diz que a primeira pauta do dia foi a aprovação da ata
194 da Plenária do dia 8 de outubro, na qual está definido que existe aprovação de dez votos a oito. Diz
195 que é um desconhecimento, e se realmente existia alguma ilegalidade, aprovando a ata na íntegra
196 eles teriam então um problema, e diz que deve ser verificado se existe ilegalidade desta ata não
197 pode ser aprovada da forma que foi feita. Diz que se todas as decisões tomadas nas reuniões que são
198 deliberadas e transformadas em resoluções, antes de ser discutido deve ser transformada em

199 resolução prévia o que foi deliberado na reunião passada do dia oito de outubro. Célia lembra que
200 ela leu como estava na ata para que todos tivessem conhecimento, diz que a ata não fala em
201 momento algum que teve alguma proposta vencedora. Ela então lê o que diz na ata -“Sem nenhum
202 outro questionamento, Célia põe em votação na Plenária da maneira que ele está. O mesmo obteve
203 dez votos a favor, oito votos contra e duas abstenções.” Ela diz então que apenas relatou a votação
204 que ocorreu, e fala que não tinha como por na ata toda a discussão que já aconteceu, pois foi
205 posterior. Diz ter deixado claro que não teve uma proposta vencedora, e o que está relatado é a
206 votação que ocorreu. Jairo diz que no dia a Presidente o informou que ele é um Conselheiro ausente
207 das Plenárias do conselho e que talvez sua entidade fosse comunicada, ele fala que é prudente que
208 se manifeste nas Plenárias para que se possa juntar à lista de presenças com a manifestação na ata, e
209 diz que talvez tenha deixado algumas vezes de assinar o livro. Ele diz ser membro da mesa, porém
210 não sabe quantos Conselheiros estão aptos para votar, e diz que gostaria de saber. Ele também
211 questiona quantos Conselheiros votaram pela condição de trazer novamente a ata. Cláudio diz que a
212 questão está bem colocada, o regimento é claro, pois só é aprovada alguma matéria se tiver maioria
213 mais um dos presentes, diz que tinham vinte pessoas, porém dez votos não aprovam, independente
214 se tinham direito a voto ou não, diz poder entender aquela frase assim como outros textos do
215 regimento de várias formas, porém diz que uma coisa é clara: para ser aprovada qualquer matéria
216 tem que ter cinquenta por cento mais um dos presentes com direito a voto. Diz que o direito a voto
217 pode-se entender de diversas formas. Conselheiro que não tem presença não é mais Conselheiro
218 pelo que diz a lei, o regimento não pode revogar a lei, e diz que quem não tem presença, três faltas
219 consecutivas ou seis intercaladas está dispensado conforme o que diz a lei, e diz não terem o direito
220 de revogar o que está na lei. O Conselheiro com direito a voto pode ser o titular ou o suplente, os
221 dois são conselheiros porém só tem direito a voto o titular e se ausente o suplente. Diz que se pegar
222 o que quiser, e em qualquer situação se é ou não conselheiro, qualquer conta que for feita, aquela
223 votação não aprovou, pois não teve o quórum estabelecido no Regimento. Diz então que se não foi
224 aprovada a matéria, ela pode voltar, pois não tem como tem em outros locais, nos quais têm a
225 seguinte regra: matéria não aprovada não pode voltar pelo mesmo ângulo legislativo. Ele diz então
226 que seu entendimento é que não houve entendimento de aprovação de proposta alguma, portanto é
227 uma matéria que pode voltar a ser discutida e votada. Diz que é uma questão pendente do Conselho
228 e que exige que seja votada e se dê por aprovada ou rejeitada. Diz que logo após quer que seja
229 discutido o posicionamento do Conselho sobre o orçamento que foi votado ou aprovado, no qual
230 acha um absurdo o que foi decidido. Cláudia diz que o regimento do Conselho fala que de todos os
231 conselhos, para deliberar é cinquenta por cento mais um, diz que se tivesse tido naquela votação 11
232 votos, teria sido deliberado e aprovado. Diz que isto é uma regra que existe para proteger as
233 decisões, pois não se pode ter uma fragilidade no sentido de uma votação tão apertada. Diz que
234 deve-se deliberar o assunto, fazer a resolução de acordo com aquilo que se aprova ou rejeita,
235 respeitando sempre o quórum, independente de qual for o resultado. Ela fala sobre a questão da ata
236 e diz ter que apresentar aquilo que foi discutido na Plenária, e diz não poder fazer uma ata que não
237 condiz com a realidade. Aglaé diz que perdeu uma parte da reunião, e diz que nunca antes em sua
238 história de Conselheira viu isto de ter que voltar atrás para tomar decisões, e diz que Cláudio cita
239 muito as leis e o regimento em suas falas, diz que na lei fala que estão tornando inviável a votação
240 pois algumas pessoas não estavam aptas a votar por terem faltas. Pessoas a corrigem dizendo que
241 não, e ela então questiona o por que de o tempo inteiro estarem dizendo que tinham conselheiros
242 que não podiam votar e que não estavam aptos, os quais foram retirados os cartões de votação. Ela
243 diz que sua preocupação é que a questão de dizer que os Conselheiros que foram destituídos por não
244 terem presença consta no regimento, e diz claramente o que foi feito lá e lê a parte do regimento que
245 fala das faltas. Célia diz que a não comunicação imediata das faltas foi uma falha do Conselho por
246 falta de estrutura e falta de funcionários e que assumirá pessoalmente essa tarefa, mas que no
247 momento que foi levantado o problema ela tem a obrigação de fazer cumprir a lei. Aglaé diz que
248 não recebeu, e diz que após comunicados trocariam os Conselheiros. Célia diz ter os dados para
249 apresentar a ela no qual faz a leitura do mesmo: “Vinte pessoas estavam presentes no momento
250 daquela votação, dez destas votaram a favor daquela proposta, oito contrários e duas se

251 abstiveram.” Contando que são vinte, teria de ter onze votos de alguma posição para obterem
252 quórum de aprovação. Diz que uma das pessoas que votaram a favor não tinha direito a voto que era
253 o caso de Bolzan, então baixaria para nove o número de favoráveis, os oito contra todos tinham
254 direito a voto. Nas abstenções tiveram uma correção, na qual uma das pessoas não teria direito
255 porém foi revisto mas não mudará o quadro. Diz que a questão das pessoas que perderam o direito
256 de voto pelas faltas, é porque o Conselheiro Cláudio colocou na mesma petição que ele fez
257 questionando a aprovação que não tinha maioria ou seja metade mais um dos presentes, ele também
258 questionou e perguntou se todas as pessoas que votaram tinham direito a voto. Baseado nisso,
259 verificaram se levando em conta quem tinha direito a voto ou não, mudaria a votação, e a conclusão
260 foi que não. Ambas as situações de votação não obtém a metade mais um dos presentes. Ela diz que
261 o ano foi voltado para a Conferência e com pouca estrutura. Ela cita então os seguintes
262 Conselheiros: Ana, Sandra Leon e Cláudio e diz que foram os mais envolvidos na conferência,
263 mesmo sem terem a estrutura adequada. Ela diz que irá se empenhar ao máximo para que o
264 Conselho não descumpra mais a lei. Célia fala sobre as dificuldades do Conselho e a saída da
265 Secretaria-Executiva Adriana, o que piorará a situação no ano seguinte com sua saída. Ela pede para
266 que todos se esforcem e se empenhem para que o Conselho tenha um bom funcionamento, ou se
267 não que seja pensada a questão do fechamento do mesmo. Ela diz que no ano seguinte irá se
268 empenhar para que seja avisado para as entidades as faltas dos Conselheiros e suas substituições.
269 Bruno diz que segundo a fala de Célia, provavelmente se fosse feita da forma correta, muitos dos
270 que estão presentes e votando não estariam ele propõe que a mesa suspenda a votação e avalie as
271 faltas para que possa haver uma votação correta. Ele diz que não vê motivos para fazer votação sem
272 estar dentro da lei. Teresinha diz que já foi contemplada sua fala, e diz admirar Célia e seu desabafo,
273 e diz que chamou sua atenção que quando o assunto é o interesse de categorias lota, e quando são
274 assuntos sérios como o orçamento não obtém quórum, e diz querer saber assim como Jairo quantos
275 votaram na última votação. Ela diz deve-se assumir suas responsabilidades de estarem presentes, e
276 que quando se assumem cargos devem-se cumprir suas devidas atividades. Ela diz que em todas as
277 vezes que não pode estar presente, justificou suas faltas. Cláudio diz que esse assunto está sendo
278 discutido há dois meses, e que a questão processual que ele levantou é uma questão regimental, que
279 em sua avaliação tinha sido superada e foi voltada esta discussão sem até agora ter aparecido
280 nenhuma avaliação distinta sobre isso e diz achar que deve ser posto em votação conforme a pauta.
281 Célia diz que tem duas propostas de encaminhamento, a primeira feita pelo Bruno, que acha que
282 não deve ocorrer a votação por entender que entre os presentes podem ter alguns sem condições de
283 voto, e a de Cláudio para pôr em votação. Cláudio diz que a votação é nominal como manda o
284 regimento e diz que se alguém não puder votar não deve ter o crachá. Célia esclarece sua fala, e diz
285 que tem pessoas que tem cinco faltas, e se eventualmente após essa contagem feita teria alguém que
286 faltou novamente teria estourado também. Ela diz que teve de ser feito um corte diante das atas
287 aprovadas, considerando que alguns Conselheiros alegam não ter assinado o livro, porém não
288 chegaram ao final das plenárias. Zilá diz entender que Célia não sabe quem são as pessoas com
289 condições de voto, e diz não poderem votar, pois será repetido o erro. Célia diz que Aglaé, Jairo e
290 Teresinha estão com cinco faltas, e se após o dia 8 eles tiverem uma falta serão atingidas as 6, e diz
291 terem considerado as faltas só até onde tinham atas já aprovadas. Bruno diz que a representante da
292 Secretaria de Educação também precisa ser vista, e pede a ajuda para que vejam as faltas que
293 impedem ela de votar no dia, e diz serem anteriores do dia 6 de maio, e diz precisar ser visto o dia
294 que a Secretaria da Educação a indicou, e diz que todas as suas faltas foram anteriores. Célia diz
295 que fez o pedido para que fosse avaliado. Cláudio diz que o Governo do Estado não nomeia quando
296 encaminhado, diz que tiveram caso em que Governador/Governadora que não aceitaram os nomes.
297 Ele fala que se querem fazer esta discussão deve-se fazer uma pauta para isto. Ele diz que o que fala
298 o Regulamento que a lista de presenças está nas normas, e que não deve-se esperar pelas atas. Ele
299 pede então que a mesa encaminhe a pauta de discussão. Célia diz que tem dois encaminhamentos, o
300 de não se delibere por entender que não tem clareza para votação, e sobre encaminhar a pauta. Diz
301 que Ana está fazendo o levantamento das faltas seguintes, e diz ter detectado Aglaé, Teresinha e
302 Jairo como não aptos a voto. Iara diz que as vezes as secretarias demoram, e diz que antes de estar

303 oficialmente lá não podia nem se manifestar Ela diz ter chego em abril e não tem como ter o papel
304 em fevereiro, e seu papel de Conselheira foi após maio. Diz querer registrar que não tem como ela
305 ter esta sequência de faltas, pois não estava ainda. Célia responde a Iara e diz que consta dia 6 de
306 maio, e consta que tiveram dois dias que ambas titular/suplente não compareceram. Teresinha diz
307 que como foi feita a notificação de ausência, o Secretário a nomeou como Titular, e significa que se
308 haverá votação, ela tem condições de votar caso contrário, gostaria de ter o parecer jurídico sobre
309 este impedimento. Célia diz que se for considerado o total das faltas não pode haver recondução.
310 Ela diz que diante de diversos questionamentos diz que o certo é optar por não deliberar nada no
311 dia. Após chegar para ela o parecer, diz que Iara tem razão e ela tem direito a voto. Ela diz que
312 como está tentando legalizar a situação, e diz se comprometer a ter as atas para serem aprovadas.
313 Jairo diz que é da mesa, e quer questioná-los se o Estado responderá para eles se algum dos
314 Conselheiros terá de ser substituído. Ela novamente faz o pedido para que assinem o livro para que
315 não aconteçam erros de falta novamente. Cláudio diz que a duas Plenárias atrás foi apresentado um
316 relatório das condições do prédio do CEVS, onde a situação está ainda mais grave e diz que deve
317 ser cobrado da secretaria para que haja êxito. Célia responde Cláudio, e diz que Ana chamou a
318 atenção sobre as diversas fotos antigas no relatório, então foi sugerido para que eles atualizassem as
319 fotos, pois ao mandar para a secretaria poderia haver questionamentos. Diz que foi solicitado um
320 relatório com mais informações para que possam cobrar, porém não mandaram. Ela termina falando
321 que não tem quórum para votação alguma. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por
322 encerrada a reunião, da qual eu, Laryssa Pereira da Silveira lavrei a presente ata que, após leitura e
323 aprovação, será assinada pela Presidente. Porto Alegre, 29 de maio de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS